

Maxakalis lançam campanha pelo direito à terra

A Campanha Internacional pela Regularização do Território Maxakali foi oficializada, ontem à noite, na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Durante a manhã, os representantes dos Maxakali se encontraram na Assembleia Legislativa com outros povos indígenas do Estado e do Espírito Santo, parlamentares e cidadãos que estão apoiando a campanha. A internacionalização do projeto de regularização das terras Maxakali visa garantir a segurança dos índios na reivindicação de seus direitos, além da segurança de permanecerem vivos em suas aldeias, depois da busca de apoio na Capital.

Junto com a campanha, os índios estão lutando para o fortalecimento da organização indígena, através da criação do Conselho Indigenista de Minas Gerais, onde terão representação política no Estado. Segundo Luiz Lobo, coordenador da campanha e da Regional Leste do Conselho Indigenista Missionário - Cimi - o conselho é um avanço para a autonomia dos povos indígenas de Minas.

Os índios chegaram na Assembleia pintados como para

cerimônias especiais e falando em Maxakali. Ao encontrarem as pessoas que já trabalharam em suas aldeias e que foram levar-lhes solidariedade, eles mostravam alegria e confiança. Luiz Lobo afirmou que esta confiança já fez com que a taxa de natalidade das aldeias aumentasse.

Hoje, a nação Maxakali é formada por 710 pessoas que vivem no município de Bertópolis, no Vale do Mucuri. Estes índios são permanentemente vítimas de violência, desde que seu território foi invadido na década de 20, quando um funcionário do Serviço de Proteção ao Índio - SPI - vendeu suas terras. Apesar de ilegal, a venda das terras recebeu, em 1972, durante o governo Rondon Pacheco, o aval do governo do Estado de Minas Gerais, que tituló as propriedades.

Apesar dos assassinatos, agressões, fome e doenças que fazem parte do dia-a-dia dos Maxakalis, eles conseguiram preservar seus costumes como a língua e a religião. Esta preservação foi que sensibilizou setores da sociedade européia para se integrarem na campanha. Originalmente nômades,

caçadores e coletores, os Maxakali se deslocam em seu território em busca de subsistência. Este povo vive confinado em duas pequenas áreas - Água Boa, de 2.412,69 hectares e Pradinho, de 1.028,39 hectares - separadas por uma faixa intermediária de 1.852,55 hectares, onde permanecem 11 fazendeiros em 13 fazendas. Os conflitos geraram inúmeros casos de violência que ficaram impunes.

Em 1993, através da Portaria n.º 317, o Ministério da Justiça determinou a demarcação do território. A posse dos Maxakali sobre a área ocupada foi reconhecida após minucioso trabalho de identificação. Apesar disso, o governo federal não concluiu a regularização da área, que continua invadida pelos fazendeiros. O pedido de reintegração de posse foi feito na segunda-feira através do procurador da República em Minas Gerais, Álvaro Souza Cruz, que, por sua vez, mostrou interesse pelo pedido. Segundo o advogado Geraldo Marcus, assessor jurídico da campanha, "não se discute quem é o dono da terra". Para ele, "a titulação é nula pela Constituição Federal".



Juarez Rodrigues

Pintados como para cerimônias especiais, os índios participam ativamente da luta por seus direitos